A ÊNFASE DA APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA NA POLÍTICA CURRICULAR DE ALINHAMENTO DA EJA À BNCC[[1]](#footnote-1)

Amanda Costa Vecchioni, UERJ[[2]](#footnote-2)

Ana Cláudia da Silva, UERJ[[3]](#footnote-3)

**Resumo Expandido**

A Base Nacional Comum Curricular foi homologada pelo Ministério da Educação (MEC), em 2017 para as modalidades da Educação Infantil e Ensino Fundamental, e em 2018 a homologação para a etapa do Ensino Médio. Entretanto, houve apenas uma menção à modalidade Educação de Jovens e Adultos, no texto introdutório, após a explanação de decisões que, segundo o documento, caracterizam o currículo em ação

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, *Educação de Jovens e Adultos*, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2018, p. 17, grifos meus).

O silenciamento da EJA e de muitas outras modalidades da Educação Básica na BNCC provocou questionamentos no campo (CATELLI, 2019; CARVALHO et al., 2020). Não mencionar, não estabelecer um diálogo com seus atores, não considerar a produção de conhecimento e de luta do campo, não apresentá-la como uma modalidade histórica, contextual, social que possui especificidades que precisam ser consideradas nas propostas curriculares nos permite questionar: o que essa exclusão representa? De qual sujeito da EJA a BNCC está considerando? Que percursos norteadores para a EJA podem ser pensados na BNCC?

Cabe ressaltar que os sujeitos que ocupam a EJA possuem peculiaridades e especificidades pedagógicas em que a BNCC não considera (CATELLI Jr., 2019; DOURADO; ROCHA; MORAIS; BASTOS, 2021). A Base, ao não considerar essa modalidade de ensino, se furta de propor reflexões que orientem caminhos para a construção de currículos para esse público (CATELLI JR., 2019). Ou seja, essa ausência permitiu pensar a EJA fora da normatividade e da prescrição que caracteriza a Base. Contudo, fugir dessa normatividade pode afetar o desenho político e gerar outras ausências da modalidade em políticas públicas para que ela possa se desenvolver e permanecer como um direito.

A BNCC vem tentando se fortalecer hegemonicamente em suas prescrições e supostos alinhamentos em outras instâncias da educação, como ocorre com a BNC-Formação de Professores e a BNCC do Novo Ensino Médio. Tais alinhamentos que buscam se adequar à Base impactam a modalidade da EJA de forma direta ou indireta, o que impossibilita o silenciamento absoluto em torno da modalidade nessa proposta curricular prescritiva.

A modalidade de jovens e adultos passa a ser incorporada pela BNCC em 2020, quando é aprovado o Parecer CNE/CEB n.º 6/2020. Em 2021, após um reexame do Parecer de 2020, o Parecer CNE/CEB n.º1/2021 institui as Diretrizes Operacionais para a EJA nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA), à BNCC, e à EJA a Distância.

Consequentemente, os Fóruns da EJA do Brasil, como um espaço de mobilização que reúne diversos atores em prol da construção coletiva, da mobilização e da discussão de políticas públicas para a EJA, se posicionaram contrários à mais recente tentativa de alinhamento dessa modalidade à BNCC. Como podemos ver no documento de Consulta Pública sobre o Alinhamento da EJA às diretrizes apresentadas na BNCC[[4]](#footnote-4)

Ademais somos contrários ao documento, pois o compreendemos como parte do conjunto das reformas educacionais antidemocráticas, instituídas numa racionalidade utilitarista empresarial a bem do mercado, produção e consumo que desresponsabiliza o Estado e desconsidera os(as) educandos(as), nas suas especificidades e necessidades, distanciando-se de uma proposição política de formação integral, comprometida com o exercício da cidadania digna (Fóruns de EJA do Brasil, s/d).

No dossiê “Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA”, organizado pelo Movimento Pela Base (MPB)[[5]](#footnote-5) com participação do Instituto Paulo Freire, Cenpec[[6]](#footnote-6) e Ação Educativa[[7]](#footnote-7) aponta as diferentes perspectivas dessas entidades sobre a EJA. Dentre muitas críticas à forma como se desenvolveu a construção dos Pareceres CEB/CNE nº6/2020 e o nº1/2021, uma delas está em como esses “documentos não foram objeto de discussão ampla pela comunidade acadêmica, pelas secretarias estaduais e municipais de Educação ou pelas organizações da sociedade civil” (2022, p.35).

Dentre as diversas noções mobilizadas no Parecer CNE/CEB nº1/2021 que institui as Diretrizes Operacionais para a EJA, nos importa a noção de “Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida” que ganha ênfase no documento político curricular. Nos interessa saber que ideias são mobilizadas e como a discussão sobre projetar a vida dos estudantes tem adentrado a EJA através da BNCC.

 *Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida* e *Educação ao Longo da Vida* são dois termos que se apresentam no Parecer CEB/CNE nº1/2021 sem uma distinção entre eles, considerando-os como sinônimos. Sendo termos de importância no documento analisado, que destaca uma EJA que deve ser ofertada com “ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida”.

**Parecer CEB/CNE nº1/2021**

No Parecer, essa noção é reconhecida como um marco legal e como um princípio que deve articular a EJA à Educação Profissional, à Distância e Especial.

Quando articulada com a Educação Profissional, de acordo com o Parecer, gera uma nova perspectiva capaz de inspirar políticas públicas no campo da educação de jovens e adultos. Há a garantia de que a Educação Profissional e EaD articulados com a Educação ao Longo da Vida refletirá numa melhoria de vida e de trabalho na vida dos estudantes. Nesse sentido, encorajam mais uma vez que o investimento na Educação ao Longo da Vida “exige amplo e dinâmico programa de incentivos, valorização e divulgação dos projetos, ampliando as possibilidades de empregabilidade da grande massa de sujeitos brasileiros que estão fora do mercado de trabalho” (BRASIL, 2021, p.13). Ou seja, fomentar projetos que valorizem o aprender ao longo da vida, para o Parecer, ampliará as possibilidades de empregabilidade dos sujeitos.

O documento propõe que a EJA e a Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida devem ser ofertadas para estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista e aos estudantes com dificuldades de locomoção, residentes em locais remotos e de difícil acesso, em periferias de alto risco social ou situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, além de atendimento à povos tradicionais. Com isso, pretendem ampliar as possibilidades educacionais, atentando para que haja reconhecimento dos conhecimentos e vivências dos educandos. Entretanto, sugere que uma avaliação dessas vivências escolares avalie as aprendizagens *essenciais* da vida real, as habilidades e competências que são preparatórias para as ações na sociedade. Como se fosse possível prepararmos os estudantes para uma vida através da seleção de habilidades e competências.

**Considerações Finais**

O campo do currículo é uma arena conflituosa, com disputas e, assim como afirmam Lopes e Macedo (2011), o currículo é uma prática discursiva, de poder, de significação e atribuição de sentidos que se constitui entre diversos discursos sociais e culturais. Partindo de uma perspectiva discursiva e pós-estrutural, entendemos que por mais que o projeto de uma base nacional comum busque ser prescritivo, normativo e controlador de sentidos, tais anseios serão sempre pautados por uma tentativa de hegemonização, já que assumimos a sua provisoriedade e contingência enquanto proposta curricular que busca se estabelecer no atual contexto político/social.

 O discurso da *educação/aprendizagem ao longo da vida* possui relevância por perpassar contextos locais/regionais/globais e está nas pautas de defesa de instituições como OEI e UNESCO (DIAS, BORGES, 2018), fomentando disputas por significações. No documento de empiria, o significante é compreendido como um articulador da EJA, seja com a Educação Profissional, à Distância ou Especial. Compreendemos que ao valorizar a educação ao longo da vida com a educação profissional e à distância na EJA, o Parecer tenta impulsionar projetos e políticas que valorizem a qualificação profissional, fortalecendo a ideia de que a formação permanente proporciona uma “atualização” e dinamização dos sujeitos para as demandas do mercado de trabalho. Contudo, controlar e avaliar a vida por meio de competências e habilidades que os estudantes devem adquirir ao longo dessa educação ao longo da vida é problemático ao compreendermos as impossibilidades de controlar a dinamicidade da vida em seus aspectos sociais, econômicos, físicos, políticos e culturais.

Portanto, se faz necessário políticas que priorizem a EJA, pensando na educação para esses sujeitos como um direito, e valorizando as especificidades dos mesmos. Concluímos nos posicionando a favor de um currículo sem fundamentos (Lopes, 2015) e contrária às reformas globais curriculares do século XXI que visam uma educação de competências e habilidades; a regulação da docência; o foco na vida profissional do aluno e a centralização curricular.

**Referências**

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\_EI\_EF\_110518\_versaofinal\_site.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

\_\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB 01/2021** - Alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade. MEC: Brasília - DF, 2021.

CATELLI, Roberto. O não-lugar da Educação de Jovens e Adultos na BNCC. In: CÁSSIO, Fernando; CATELLI, Roberto (org.). **Educação é a Base? 23 educadores discutem a BNCC** – São Paulo: Ação Educativa, 2019.

CARVALHO, K. R. S. A.; CARVALHO JÚNIOR, C. F. de; SANTOS, J. S.; SOUSA, G. R. Trajetória, avanços e perspectivas da EJA face à BNCC. Educação em Revista, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 51–64, 2020. DOI: 10.36311/2236-5192, 2020, v2105. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/10008. Acesso em: 28 abr. 2024.

DIAS, Rosanne E.; BORGES, Verônica. Por uma educação/aprendizagem ao longo da vida: traços discursivos nas políticas curriculares. In: LOPES, Alice C.; OLIVEIRA, Anna L. A. R. M.; OLIVEIRA, Gustavo G. S. de (orgs.). **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. – Recife: Ed. UFPE, 2018.

DOURADO, Daniela L. O.; ROCHA, Ana K. L. T.; MORAIS, Cinara B. de O.; BASTOS, Maria de Fátima S. A. **Direito à Educação: a invisibilidade da EJA na BNCC.** Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES), [s. l.], v. 2, n. 1, p. 203-220, 2021. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/poliges/article/view/8489. Acesso em: 23 de maio 2024.

FÓRUM DE EJA DO BRASIL. **Posicionamento dos Fóruns de EJA do Brasil referente à consulta pública sobre alinhamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) às Diretrizes apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F%C3%B3runs%20de%20EJA%20do%20Brasil%20%20Formul%C3%A1rio%20de%20contribui%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 04/05/2024.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, A. C. **Por um currículo sem fundamentos**. Linhas Críticas, v. 21, n. 45, p. 445-466, 1 out. 2015a.

1. Este resumo expandido contou com financiamento do CNPq, da Faperj e da Capes e integra a produção do Grupo de Pesquisa CNPq Políticas de Currículo e Docência. [↑](#footnote-ref-1)
2. Graduada em Pedagogia (UERJ), integrante do Grupo de Pesquisa do CNPq Políticas de Currículo e Docência e bolsista PROATEC (UERJ). [↑](#footnote-ref-2)
3. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Licenciada em Pedagogia (UERJ). Integrante do Grupo de Pesquisa do CNPq Políticas de Currículo e Docência. [↑](#footnote-ref-3)
4. http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F%C3%B3runs%20de%20EJA%20do%20Brasil%20-%20Formul%C3%A1rio%20de%20contribui%C3%A7%C3%B5es.pdf [↑](#footnote-ref-4)
5. Organização que se propõe a apoiar e monitorar a construção e implementação da BNCC com parcerias com Instituto Natura, Itaú, Vivo, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann e outros. [↑](#footnote-ref-5)
6. Organização da sociedade civil sem fins lucrativos para promover equidade e qualidade na educação pública brasileira com parcerias como Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), UNESCO, Itaú, Fundação Roberto Marinho, Vivo e outros. [↑](#footnote-ref-6)
7. Organização com apoiadores como Itaú, Instituto Unibanco, Instituto Natura, Sesc e outros. [↑](#footnote-ref-7)